



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS

132
pf

RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Processo Administrativo nº 1.093/2021

Termo de Fomento nº 01/2022

OSC: Associação dos Agricultores Familiares de Três Barras e Região - AAFATER -Ibiraiaras/RS

Período: janeiro a junho de 2022 - 1º Semestre

Valor repassado no período:

- 28/01/2022: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais);
- 11/03/2022: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

Documentos apresentados: Ofício, anexos com relação de bens (doação e aquisição), notas fiscais, comprovantes de repasse de valores, pagamentos, extratos, aplicações e conciliações bancárias, recibos e relatórios.

VERIFICAÇÕES E/OU DELIBERAÇÕES

1. Relatório de atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho:

A OSC comprometeu-se em utilizar o recurso de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no semestre com despesas relacionadas ao objeto da presente parceria, que é o auxílio aos agricultores de Ibiraiaras, na forma de pagamento e

pf



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS

133
JF

encargos relacionados ao desenvolvimento de serviços agropecuários, no fomento às cadeias produtivas com ênfase na produção de carne, leite e horticultura.

Para isso apresentou despesas relacionadas com manutenção de máquinas, tratores, implementos e equipamentos agrícolas. Também apresentou comprovações de despesas com aquisição de equipamentos e ferramentas, contratações de profissionais de serviços de contabilidade, gastos com combustíveis, óleos e lubrificantes, constantes no decorrer da prestação de contas juntada aos autos.

2. Dos repasses:

Em relatório expedido pela tesouraria da Prefeitura Municipal (fls.128), verifica-se o cumprimento do disposto no item 2.1, do referido Termo, que trata dos repasses de recursos do Município para a AAFATER, referente ao primeiro semestre (janeiro a junho/2022).

3. Da prestação de contas:

A OSC beneficiada apresentou à municipalidade, conforme determina o item 5.1, letra "a", do Termo de Fomento nº 01/2022, os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento de prestação de contas que compreende os meses de janeiro a junho de 2022 (fls.76);
- Relatório de cumprimento do objeto (fls. 77-94);
- Relatório de execução físico- financeiro (fls. 95);
- Demonstrativo da execução da receita e da despesa (fls. 96);
- Relação de pagamentos efetuados (fls. 97; 99-126);

JF



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS

134
SF

- Relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados (fl. 98);
- Conciliação bancária (fl.127-131);

4. Análise e deliberações:

Diante dos documentos apresentados observa-se que houve o cumprimento da meta estabelecida para o semestre no que diz respeito ao objeto da parceria deste Termo de Fomento, o que é comprovado na prestação de contas juntada aos autos deste processo.

O relatório de cumprimento do objeto, nas folhas acima mencionadas, traz a planilha de serviços, contendo as datas de solicitações e data de execuções, atingindo um total próximo a 100% do solicitado. Também observa-se nas fotos de registros (fls. 87-90) o trabalho sendo executado nas propriedades com os maquinários doados pelo Poder Público e com implementos adquiridos pela entidade.

Outro quesito que resultou positivamente foi a redução dos custos de horas/ maquinas, que na comparação feita (fls. 91-94) entre a Lei Municipal nº 2.929/2018, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 2.956/2019 e os valores registrados na planilha de serviços, observa-se que houve efetivamente a redução dos custos, pois é observado nos recibos de prestação de serviço que o valor se iguala, ou ainda, apresenta-se a menor do que estabelece a lei para os serviços cobrados quando utilizados os maquinários do município. Um dado importante que precisa ser levado em consideração neste caso é o efetivo aumento dos combustíveis no último ano o que encareceu significativamente a produção agrícola do setor primário, e, quando comparado com as leis de 2018 e 2019, o trabalho

SF



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS

135
88

realizado em 2022 pela Associação, conseguiu manter o valor configurando portanto, o atingimento da meta de redução de custos por horas/máquinas.

Quanto à meta de utilização do recurso descrito no plano de trabalho, a OSC, refere um montante de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para custeio de combustível, manutenção e aquisição de máquinas e implementos. Neste item, pode-se afirmar que houve o cumprimento da meta, no que se refere ao primeiro semestre, visto que juntado aos autos está a comprovação da utilização dos recursos dispensados pela Administração Municipal para a entidade, os quais compreendem comprovantes fiscais, transferências bancárias, recibos extratos, etc. Outro dado importante é que pela sazonalidade das culturas da nossa região, o uso dos recursos serão superiores no segundo semestre, aumentando os gastos para garantir a produção.

Diante dos documentos comprobatórios das despesas e relatórios apresentados pela OSC referentes ao semestre compreendido entre janeiro a junho de 2022 na prestação de contas, entende-se que a entidade cumpriu regularmente o Termo de Fomento nº 01/2022, de acordo com o plano de trabalho aprovado, restando comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos nos referidos documentos.

No entanto, algumas ressalvas importantes são necessárias constar, e que na verificação desta gestora caracterizam-se como providências que deverão ser observadas na próxima prestação de contas pela entidade, para sanar inconsistências observadas, o que não impede a aprovação desta prestação de contas parcial.

Com relação ao item combustíveis (fls. 95) a OSC, relata despesas com pagamentos no valor de R\$ 997,00 (novecentos e

88



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS

136
JF

noventa e sete reais). Ao descrever este dispêndio (fls.97) refere à Abastecedora BP LTDA. Realmente o repasse do valor ocorreu como de observa (fls.177), porém, a OSC não apresenta à municipalidade as notas fiscais discriminativas deste dispêndio em favor da empresa.

Considerando a descrição contábil com assinaturas apostas do contador responsável e do presidente da OSC e ainda, verificando o extrato bancário mostrando a transferência do valor, a Gestora, entende restar comprovado o gasto bem como a finalidade.

Não obstante, com relação a prestação de contas no relatório de receitas e despesas (fls. 96) consta despesas indevidas no valor de R\$ 243,00 (duzentos e quarenta e três reais), que segundo a contadoria e a OSC justificam como sendo despesas de manutenção da conta, cláusula proibitiva no art.51 da Lei Federal nº 1.3019/2014 e alterada pela Lei Federal nº13.204/2015 o qual descreve, *in verbis*:

Art. 51. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).¹

O presidente da OSC foi informado do fato tanto pela Gestora desta parceria como pelo contador contratado por ela, para buscar explicações junto a Agência. Questionada a OSC

¹ BRASIL. **Lei Feral nº 13.019 de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Acesso em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113019.htm>.

JF



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS

137
JF

sobre a diligência, esta respondeu em sua manifestação que a Instituição Bancária formou que não teria como reverter o valor, nem dar comprovação de estornos ou cobranças, além dos extratos, que foi um erro cometido pela Instituição e o que poderia ser feito por ela era imediatamente suspender os valores cobrados a partir de então.

Neste caso, por não haver comprovada justificativa e por força do art.51 da Lei das Parcerias, a Gestora opina que a OSC se responsabilize por este ônus e se assim entender, busque junto à Instituição o ajustamento deste evento, visto que o poder público não pode liberar recursos quando contrários à norma. Contudo, há que se observar o posicionamento da Comissão de Monitoramento e Avaliação para este propósito, bem como a decisão suprema da Administração Municipal.

A OSC também não apresentou comprovação através de nota fiscal com o valor pago ao serviço de contadoria. A justificativa se deu em virtude de o pagamento ter sido realizado no mês de julho, portanto houve o lançamento da despesa, teve a transferência do valor, somente não juntou-se o comprovante.

Desta forma, a Gestora opina pela apresentação de nota fiscal do contador juntamente com a prestação de contas final, ressaltando que para esta, o pagamento dos serviços deverá ser realizado de forma tempestiva a fim de que a nota fiscal para comprovação esteja na prestação de contas final, sob pena de não renovação da parceria.

Por fim, cabe ressaltar que no plano de trabalho (fls.10) no item 9. Cronograma de Desembolso, apresenta-se um erro material onde o desembolso refere-se a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e não R\$200.000,00 (duzentos mil reais) como consta no instrumento, contudo não altera em nada o que foi acordado.

JF



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS

138
88

Posto isso, com relação à prestação do primeiro semestre houve o cumprimento dos objetivos e metas propostas para o Termo de Fomento nº 01/2022.

Sem mais, opino pela aprovação da prestação de contas de acordo com o plano de trabalho aprovado, encaminhando-se este instrumento para considerações da Autoridade Municipal e, em seguida, para a Comissão de Monitoramento e Avaliação instituída pelo Decreto nº 3.283/2022 para homologação.

Ibiraiaras, 22 de agosto de 2022.


LEONILCE AUDIBERTE

Oficial Administrativo Auxiliar

Matrícula: 3685-4

Gestora - OSC - Decretos: 3283 - 3284/2022